

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes
aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e relatório
dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório da Administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	10
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

Aos Acionistas

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“ViaQuatro”) ou (“Companhia”) ou (“Concessionária”) continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô.

Apresentação

A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., denominada ViaQuatro, com sede em São Paulo, Capital e sua subsidiária integral a Companhia Four Trilhos Administração e Participação (“Four Trilhos” ou “Companhia”) tem como objeto a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação, manutenção e conservação, além de explorar atividades alternativas, complementares, acessórias ou projetos associados dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra.

Contrato de Concessão

Em 10 de junho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 9 com o Poder Concedente, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração dos estudos necessários à extensão da Linha 4 – Amarela até a cidade de Taboão da Serra, abrangendo projetos executivos completos, e acompanhado do respectivo controle de qualidade dos projetos (“CQP”); estudo e licenciamento ambiental; estudo de demanda; estudo de utilização de áreas públicas e privadas, com entrega final prevista até 31 de agosto de 2025, acompanhada da certificação de qualidade. O Termo visa viabilizar o início das obras no ano de 2024, promovendo a alocação eficiente de riscos e a mitigação de atrasos, garantindo maior eficiência no processo de execução e assegurando benefícios à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população.

Destaques de 2024

Em 2024 a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples no valor de R\$ 940.000 na data de 15 de junho de 2024. Recebemos antecipadamente parte das receitas relacionada ao Reequilíbrio Covid no valor total de R\$ 135.000 nos meses de maio e outubro de 2024.

Concluimos no mês de dezembro o processo de abertura de capital categoria “B” junto a CVM e distribuímos aos nossos acionistas o montante de R\$ 1.295.000 em dividendos e juros sobre capital próprio.

2. Desempenho econômico-financeiro - Consolidado

Em R\$ mil	2024	2023	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	1.222.089	1.638.457	-25%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	1.160.510	1.610.091	-28%
Deduções da receita bruta	(3.020)	(2.045)	48%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	1.157.490	1.608.046	-28%
(+) Receita de construção	61.579	28.366	117%
Custos e despesas (a)	(474.659)	(402.371)	18%
Depreciação e amortização	(96.623)	(92.626)	4%
Serviços de terceiros	(61.823)	(52.987)	17%
Custo com pessoal	(142.977)	(141.586)	1%
Custo de construção	(61.579)	(28.366)	117%
Outros custos e resultados operacionais	(111.657)	(86.806)	29%
EBIT ajustado	744.410	1.234.041	-40%
Margem EBIT ajustada (b)	64%	77%	-16%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	58.667	47.933	22%
EBIT (c)	803.077	1.281.974	-37%
Margem EBIT	69%	80%	-13%
(+) Depreciação e amortização	96.623	92.626	4%
EBITDA (c)	899.701	1.374.600	-35%
Margem EBITDA	78%	84%	-9%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(58.667)	(47.933)	22%
EBITDA ajustado (d)	841.034	1.326.667	-37%
Margem EBITDA ajustada (d)	72%	96%	-25%
(-) Resultado financeiro líquido	(124.523)	(105.209)	-18%
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	619.887	1.128.832	-45%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(183.378)	(363.406)	-50%
Lucro líquido	436.509	765.426	-43%
Endividamento bruto (e)	1.755.686	1.000.887	75%
Investimentos (caixa) (f)	100.193	60.024	66,92%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais;

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(c) Calculados de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022;

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;

(e) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação); e

(f) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado e intangível.

Receita líquida

No ano de 2024 a receita líquida (excluída a receita de construção) foi 28% menor quando comparado ao ano anterior por conta do reconhecimento do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO referente aos impactos da pandemia do COVID-19 em favor da CONCESSIONÁRIA no montante de R\$ 682.6 mil em Dez/23. Se excluirmos este impacto pontual para fins de análise, notaremos que na verdade a receita de 2024 em relação a 2023 teria sido 25% maior por conta de indicadores macroeconômicos.

Custos e despesas

Os maiores impactos foram decorrentes de provisões trabalhistas que passaram a ser provisionadas no momento do registro inicial por conta da revisão retrospectiva e histórico de perdas da Companhia e o patrocínio de projetos pelas leis de incentivo ao Esporte, Idoso e Lei Rouanet.

Resultado financeiro líquido

Maior apuração de juros em relação a 2023, decorrente da 6ª emissão de debêntures e do aumento dos indicadores financeiros.

Imposto de renda e contribuição social

Redução na apuração de impostos decorrente da redução da receita líquida quando comparado a 2023.

Investimentos

Variação decorrente da revisão do cronograma de investimentos onde alguns projetos foram postergados para serem executados ao longo do próximo ano.

3. Estratégia e gestão

3.1 Governança corporativa

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas, conforme a respectiva participação societária, tem participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva.

3.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

A Academia CCR desenvolveu 13 novas soluções de aprendizagem e aplicou 300 treinamentos na totalidade, sendo 100 Essencial, 85 Institucional, 21 Treinamento Legal, 14 Treinamentos da LNT e 80 obrigatórios, atingindo 858 colaboradores da ViaQuatro no ano de 2024.

4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década.

Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Instituto CCR

Em 2024, o Instituto CCR celebrou uma década de atuação, consolidando-se como um agente transformador nas comunidades onde está presente. Desde sua fundação em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas em 430 municípios de todo o Brasil.

No último ano, o Instituto reforçou seu papel no cenário cultural brasileiro, apoiando as principais feiras literárias do país, como a Flip, a Flup, a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Flipelô.

Também garantiu o acesso gratuito a importantes espaços culturais, como o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, que oferece entrada gratuita aos sábados, e o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, que já beneficiou mais de 225 mil visitantes. Em Salvador, o Instituto apoia a Fundação Casa de Jorge Amado, possibilitando visitas gratuitas às quartas-feiras.

Na valorização do patrimônio cultural, o Projeto Centenários prestou tributo a grandes nomes da cultura brasileira, como Candido Portinari, Tarsila do Amaral e Villa-Lobos, por meio de exposições realizadas nas estações da Linha 4-Amarela, operada pela ViaQuatro, em São Paulo. Todas as exposições foram desenvolvidas com recursos de acessibilidade, como áudio guias, textos em braille e sinalização inclusiva, garantindo que pessoas com deficiência possam apreciar o legado desses ícones de forma plena e inclusiva.

Outra iniciativa de destaque foi a parceria com a Fundação Osesp, que deu origem à Estação CCR das Artes, um novo espaço para espetáculos e atividades culturais que englobam música, dança, teatro, literatura, cinema e educação pelos próximos três anos.

O impacto do Instituto também alcançou a área educacional. O programa Caminhos para a Cidadania beneficiou mais de 6 mil professores em 280 municípios, fornecendo materiais didáticos, acesso a cursos e jogos educativos. O destaque foi o Concurso Cultural, que premiou 10 projetos escolares com investimentos em benfeitorias para suas escolas.

Na saúde e bem-estar, o Programa Caminhos para a Saúde ampliou seu alcance em 2024, atendendo mais de 70 mil pessoas em 36 municípios. As ações incluíram serviços de saúde, como atendimento odontológico, exames de glicemia e colesterol, aferição de pressão arterial, corte de cabelo, massoterapia e podologia, promovendo qualidade de vida às comunidades.

O voluntariado foi outro grande destaque em 2024. Mais de 3 mil colaboradores se mobilizaram em ações que beneficiaram mais de 21 mil pessoas atendidas por 82 instituições em 12 estados. Entre as iniciativas realizadas, destacaram-se campanhas de doação de sangue, contação de histórias, limpeza de rios, plantio de mudas e ações de apoio a comunidades em vulnerabilidade social.

Com iniciativas que promovem cultura, saúde e educação, o Instituto CCR reafirma seu compromisso em transformar comunidades e gerar impactos positivos e duradouros para todo o país.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.2 Campanhas e exposições

Em 2024 foram realizadas exposições e campanhas de engajamento, com apoio de parceiros, ONGs e instituições. Entre essas ações tivemos exposições fotográficas, apresentações musicais, e campanhas de saúde, realizadas por meio de incentivo direto da Concessionária.

Destacamos abaixo algumas das exposições e ações realizadas em 2024:

- Parafernália;
- Flipelô;
- Co.liga
- Projeto Centenários;
- Tomie Ohtake.

Foram realizadas campanhas de engajamento em parceria com instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população, entre as quais citamos:

- Dia Mundial do Câncer;
- Vacinação;
- Cadastro de jovem aprendiz;

- Dia Internacional das Mulheres;
- Doação de sangue;
- Dia do Cliente;
- Saúde Mental;
- Dia das Crianças;
- Campanha do agasalho;
- Lacre Solidário;
- Papai Noel;
- Coral de Natal

4.3 Prêmios e reconhecimentos

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2024, a Companhia recebeu reconhecimento como premiação abaixo:

- **Maiores e Melhores do Transporte 2024**

A Companhia foi reconhecida com o prêmio de “Melhor Empresa na Categoria Transporte de Passageiros”.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

A ViaQuatro agradece a todos os nossos clientes, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios no ano de 2024.

5.2. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.4. Cláusula compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

São Paulo, 7 de março de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.10, 3.16 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 80.811 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações

financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

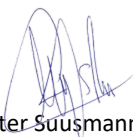
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante		598.837	529.522	621.474	551.112
Caixas e equivalentes de caixa	6	182.436	133.190	194.698	145.069
Aplicações financeiras - conta reserva	6	93.292	100.871	93.366	100.871
Contas a receber das operações	7.1	12	286	9.611	9.049
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	240.348	216.510	240.348	216.510
Contas a receber de partes relacionadas	10	5.695	10.405	5.957	10.601
Tributos a recuperar	8	8.313	2.608	8.670	3.342
Adiantamentos a fornecedores		579	3.357	579	3.357
Estoques (materiais sobressalentes)		61.395	56.294	61.395	56.294
Despesas antecipadas e outros créditos		6.767	6.001	6.850	6.019
Não circulante		3.202.369	3.298.767	3.209.070	3.307.245
Realizável a longo prazo					
Contas a receber com o Poder Concedente	7.1	1.690.351	1.768.381	1.690.351	1.768.381
Tributos a recuperar	8	9.354	9.354	9.354	9.354
Depósitos judiciais		100	128	100	128
Estoques (materiais sobressalentes)		25.784	26.565	25.784	26.565
Outros créditos		77	-	77	-
Investimentos	11	37.037	18.530	-	-
Imobilizado	12	17.704	22.640	61.442	49.648
Intangível	13	1.380.741	1.433.724	1.380.741	1.433.724
Infraestrutura em construção	13	40.789	19.331	40.789	19.331
Direito de uso em arrendamento		432	114	432	114
Total do Ativo		3.801.206	3.828.289	3.830.544	3.858.357
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante		906.329	1.413.012	916.570	1.421.380
Debêntures	14	231.716	233.415	231.716	233.415
Fornecedores	16	12.220	17.184	14.698	18.312
Fornecedores e outras contas a pagar a partes relacionadas	10	5.702	10.782	5.835	10.732
Imposto de renda e contribuição social a recolher		155.767	38.767	157.761	40.560
Impostos e Contribuições a Recolher		1.193	2.269	1.483	2.631
Obrigações sociais e trabalhistas	15	22.589	22.349	22.763	22.598
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10	445.684	1.061.263	445.684	1.061.263
Passivo de contrato receitas acessórias		292	1.160	5.454	6.041
Provisão IPTU		28.499	3.378	28.499	3.378
Passivo de arrendamento		233	46	233	46
Outras obrigações		2.434	22.399	2.444	22.404
Não circulante		2.290.423	1.564.172	2.309.520	1.585.872
Debêntures	14	1.523.970	767.472	1.523.970	767.472
Fornecedores	16	41	1	41	1
Passivo de arrendamento		232	75	232	75
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	754.649	791.247	754.649	791.247
Obrigações sociais e trabalhistas	15	-	7	-	7
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17.1	10.360	5.370	10.360	5.370
Receitas antecipadas e outras obrigações		1.171	-	20.268	21.700
Patrimônio Líquido	18	604.454	851.105	604.454	851.105
Capital social		140.385	140.385	140.385	140.385
Reserva de capital		253	40	253	40
Reserva de lucros		140.385	140.385	140.385	140.385
Dividendos adicionais propostos		323.431	570.295	323.431	570.295
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.801.206	3.828.289	3.830.544	3.858.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacionais líquidas	19	1.148.557	1.582.874	1.219.069	1.636.412
Custos dos serviços prestados		(376.954)	(336.735)	(378.075)	(338.221)
Custo com pessoal		(105.961)	(108.324)	(106.606)	(109.525)
Custo de construção		(61.579)	(28.366)	(61.579)	(28.366)
Depreciação e amortização	12 e 13	(88.855)	(86.897)	(89.331)	(87.176)
Serviços		(47.963)	(41.403)	(47.963)	(41.408)
Materiais, equipamentos e veículos		(12.329)	(15.877)	(12.329)	(15.877)
Energia elétrica		(40.016)	(40.247)	(40.016)	(40.247)
Seguros		(8.484)	(6.204)	(8.484)	(6.204)
Provisões de IPTU		(4.750)	(3.378)	(4.750)	(3.378)
Outros		(7.017)	(6.039)	(7.017)	(6.040)
Lucro bruto		771.603	1.246.139	840.994	1.298.191
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(92.684)	(63.187)	(96.584)	(64.150)
Despesas com pessoal		(35.671)	(31.614)	(36.371)	(32.061)
Serviços		(13.705)	(11.465)	(13.860)	(11.579)
Depreciação e amortização	12 e 13	(7.292)	(5.450)	(7.292)	(5.450)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.054)	(985)	(1.057)	(985)
Água, luz, telefone, internet e gás		(633)	(541)	(633)	(541)
Contribuições a sindicatos e associações de classes		(298)	(283)	(298)	(283)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações		(60)	220	(2.063)	44
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	(4.990)	(619)	(4.990)	(619)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(5.866)	-	(5.866)	-
Aluguéis de imóveis e condomínios		(3.575)	(1.043)	(3.606)	(1.049)
Indenizações trabalhistas		(2.035)	(3.792)	(2.035)	(3.792)
Multas Dedutíveis		(1.606)	-	(1.606)	-
Perdas com clientes		(38)	(359)	(227)	(383)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(4.843)	(2.524)	(4.843)	(2.524)
Indenizações contratuais		(2.221)	-	(2.245)	-
Outras despesas (receitas) operacionais		(8.797)	(4.732)	(9.592)	(4.928)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	58.667	47.933	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		737.586	1.230.885	744.410	1.234.041
Resultado financeiro	20	(126.389)	(109.654)	(124.523)	(105.209)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		611.197	1.121.231	619.887	1.128.832
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	9.1	(174.688)	(355.805)	(183.378)	(363.406)
Lucro líquido do exercício		436.509	765.426	436.509	765.426
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	18.6	2,91770	5,11624	2,91770	5,11624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	436.509	765.426	436.509	765.426
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	436.509	765.426	436.509	765.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Controladora e Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de incentivo de longo prazo	Legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 1º de janeiro de 2023		149.607	(9.222)	-	28.077	112.308	239.632	-	520.402
Transferência para dividendos a pagar conforme deliberados em Assembleia		-	-	-	-	-	(239.632)	-	(239.632)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	765.426	765.426
Destinações:									
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações		-	-	40	-	-	-	-	40
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(4.268)	(4.268)
Juros sobre capital próprio em 22 de março de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(738)	(738)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(5.303)	(5.303)
Juros sobre capital próprio em 21 de junho de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(918)	(918)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(5.792)	(5.792)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.002)	(1.002)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(6.453)	(6.453)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.117)	(1.117)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(169.540)	(169.540)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	570.295	(570.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		149.607	(9.222)	40	28.077	112.308	570.295	-	851.105
Transferência para dividendos a pagar conforme deliberados em Assembleia	18.4	-	-	-	-	-	(570.295)	-	(570.295)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	436.509	436.509
Destinações:									
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	18.7	-	-	213	-	-	-	-	213
Juros sobre capital próprio em 25 de julho de 2024 (líquido)	18.5	-	-	-	-	-	-	(14.517)	(14.517)
Juros sobre capital próprio em 25 de julho de 2024 (IRRF)	18.5	-	-	-	-	-	-	(2.512)	(2.512)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (líquido)	18.5	-	-	-	-	-	-	(8.317)	(8.317)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (IRRF)	18.5	-	-	-	-	-	-	(1.439)	(1.439)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.4	-	-	-	-	-	-	(86.293)	(86.293)
Dividendos adicionais propostos	18.4	-	-	-	-	-	323.431	(323.431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		149.607	(9.222)	253	28.077	112.308	323.431	-	604.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		436.509	765.426	436.509	765.426
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(36.598)	208.916	(36.598)	208.916
Depreciação e amortização	12 e 13	95.907	92.307	96.383	92.586
Depreciação - direito de uso em arrendamento		240	40	240	40
Baixa ativo imobilizado e intangível	12 e 13	2.414	824	2.414	824
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	60	(220)	2.063	(44)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	20	54	13	54	13
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	20	195	(1)	195	(1)
Juros e variação monetária sobre debêntures	20	158.481	140.871	158.481	140.871
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17.1	10.094	4.858	10.102	4.858
Adição e remuneração do contas a receber com o Poder Concedente	7.1	(367.257)	(185.932)	(367.257)	(185.932)
Capitalização de custos de debêntures	20	(4.291)	(6.987)	(4.291)	(6.987)
Equivalência patrimonial	11.2	(58.667)	(47.933)	-	-
Adições do equilíbrio COVID		-	(682.607)	-	(682.607)
Rendimento de aplicação financeira		(7.875)	(4.367)	(7.999)	(4.367)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	18.1	213	40	213	40
		229.479	285.248	290.509	333.636
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução dos ativos					
Contas a receber das operações	7.1	214	514	(2.625)	11.207
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	(1.174)	-	(1.174)	-
Contas a receber de partes relacionadas		4.710	(1.994)	4.644	(2.070)
Tributos a recuperar	8	(5.705)	(429)	(5.328)	(1.083)
Adiantamentos a fornecedores		2.778	436	2.778	436
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	11.2	40.160	48.332	-	48.332
Estoques (materiais sobressalentes)		(4.320)	(10.837)	(4.320)	(10.837)
Recebimento de contas a receber com o Poder Concedente	7.1	448.041	245.885	448.041	245.885
Despesas antecipadas e outros créditos		(815)	(683)	(880)	(701)
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores	16	(5.119)	2.365	(3.769)	3.274
Fornecedores de partes relacionadas	10	(5.080)	4.685	(4.897)	4.537
Obrigações sociais e trabalhistas	15	233	(5.122)	158	(4.995)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	9	203.522	142.969	211.354	142.995
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(91.549)	(140.392)	(99.252)	(140.392)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários		(5.104)	(4.239)	(5.112)	(4.239)
Passivo de contrato receitas acessórias		(868)	(273)	(587)	(273)
Provisão de IPTU		25.121	(1.012)	25.121	(1.012)
Receitas antecipadas e outras obrigações		(18.794)	4.959	(21.392)	2.086
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		815.730	570.412	833.269	626.786
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	12	(3.775)	(5.726)	(20.981)	(27.917)
Aquisição de ativo intangível	13	(79.212)	(32.107)	(79.212)	(32.107)
Outros de ativo intangível		-	360	-	360
Aplicações financeiras líquidas de resgate		7.875	4.367	7.925	(7.470)
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	7.579	12.475	7.579	12.475
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(67.533)	(20.631)	(84.689)	(54.659)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Debêntures:					
Captações		937.371	-	937.371	-
Pagamentos de principal	23.1	(197.682)	(201.812)	(197.682)	(201.812)
Pagamentos de juros	23.1	(143.371)	(128.557)	(143.371)	(128.557)
Arrendamento:					
Pagamentos de principal e juros		(268)	(48)	(268)	(48)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas		(1.295.001)	(206.001)	(1.295.001)	(254.333)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(698.951)	(536.418)	(698.951)	(584.750)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		49.246	13.363	49.629	(12.623)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		133.190	119.827	145.069	145.855
No final do exercício		182.436	133.190	194.698	133.232
		49.246	13.363	49.629	(12.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas					
Receitas operacionais	19	1.148.575	1.582.890	1.222.089	1.638.457
Outras receitas		208	410	208	410
Provisão para perda esperada - contas a receber		(60)	220	(2.063)	44
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados		(112.051)	(107.374)	(112.051)	(107.380)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(50.638)	(29.625)	(52.134)	(29.959)
Custo de construção		(61.579)	(28.366)	(61.579)	(28.366)
Valor adicionado bruto		924.455	1.418.155	994.470	1.473.206
Depreciação e amortização	12 e 13	(96.147)	(92.347)	(96.623)	(92.626)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		828.308	1.325.808	897.847	1.380.580
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	19	30.376	25.445	32.320	30.090
Resultado da Equivalência Patrimonial		58.667	47.933	-	-
Valor adicionado total a distribuir		917.351	1.399.186	930.167	1.410.670
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		77.096	72.878	77.772	73.595
Benefícios		34.173	36.283	34.347	36.643
FGTS		5.335	4.927	5.402	5.005
Outras		5.293	6.850	5.506	7.077
Tributos					
Federais		195.635	375.238	207.238	385.133
Estaduais		67	55	67	55
Municipais		75	76	76	77
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		155.496	134.607	155.547	134.807
Aluguéis		7.672	2.846	7.703	2.852
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos		86.293	25.591	86.293	25.591
Lucros retidos do exercício		323.431	570.295	323.431	570.295
Juros sobre capital próprio		26.785	169.540	26.785	169.540
		917.351	1.399.186	930.167	1.410.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Constituição e objeto

A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia") ou ("Concessionária"), domiciliada a Rua Heitor dos Prazeres, n.º 320, Vila Sônia, São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 quilômetros na Fase I, totalizando 12,8 quilômetros na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato vai até 20 de junho de 2040, assegurando o prazo de operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I, conforme previsto no contrato de concessão. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1º aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2º aditamento em 29 de maio de 2008, o 3º aditamento em 18 de junho de 2010, o 4º aditamento em 25 de março de 2011, o 5º aditamento em 26 de março de 2014 e o 6º e 7º aditamento em 23 de março de 2021.

O plano original de operação contratual prevê:

- **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 3, em 21 de junho de 2010. Atualmente, todas as estações já estão em funcionamento.
- **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. Atualmente, além das estações da Fase I, também estão em operação as estações Fradique Coutinho, Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi e Vila Sônia.
- **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão.

MOU (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do contrato de fornecimento de aproximadamente US\$ 40 milhões, os quais foram pagos conforme cumprimentos das obrigações contratuais em 2022.

- **5º Aditamento** ao contrato de concessão - assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, passa a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 29 de julho 2016, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a mitigar os impactos adversos do atraso da entrega da Infraestrutura da Fase II sob responsabilidade Poder Concedente. Dessa forma, após uma intensa análise a melhor alternativa passou a ser a suspensão parcial e a desmobilização provisória de recursos e equipes. A suspensão parcial e temporária se inicia em 19 de janeiro de 2016 por um período de 12 meses, sendo possível sua prorrogação até 19 julho de 2017.

Em 31 de março de 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., interrompeu a suspensão parcial, retomando em 30 de maio de 2017 as atividades do contrato de fabricação e fornecimento.

- **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 28 de dezembro 2017, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de compatibilizar o Contrato com as novas datas de inauguração das estações Higienópolis, Oscar Freire e Morumbi pelo Poder Concedente.
- **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 10 de outubro 2018, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes modificaram determinadas cláusulas do contrato de fabricação e fornecimento datado do dia 13 de agosto de 2007 de forma a alterar o programa de trabalho da Fase II, com o objetivo de subfasear a entrega da estação Vila Sônia, e, também, promover a automatização da sinalização das linhas do Pátio.
- **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 23 de outubro 2019, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes formalizam a paralisação parcial das atividades dos fornecedores em decorrência da postergação da entrega da estação Vila Sônia, sob responsabilidade do Poder Concedente. A suspensão tem duração prevista de 15 meses, e iniciou-se em julho/2019. Em 25 de Setembro de 2020 houve a interrupção da suspensão parcial, com retomada do Contrato ocorrendo em 25 de novembro de 2020.

Em 23 de março de 2021, foram assinados os Termos Aditivos n.º 6 e 7 ao contrato de concessão da Companhia, para os seguintes objetos:

O Termo Aditivo n.º 6 reequilibrou o atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU pelo montante de R\$ 1.225.225 em 31 de dezembro de 2021 (data-base: março/2020), sendo que o valor será recebido através de adicional à tarifa de remuneração da Companhia, no prazo estimado de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2037.

O Termo Aditivo n.º 7 reequilibrou o atraso na conclusão das entregas da Estação Morumbi (Fase II), o que ocorreu em outubro de 2018 e da Estação Vila Sônia, no montante de R\$ 2.754 em 31 de dezembro de 2021.

Além dos valores acima, o referido Termo Aditivo n.º 7 também estabeleceu o pagamento em dinheiro em até 20 dias contados da data de assinatura do referido aditivo, no montante de R\$ 91.607, relativo à somatória dos valores já devidos pelo Poder Concedente a título de compensação de atraso da Fase II relacionados ao atraso nas Estações Morumbi e Vila Sônia. O referido valor foi recebido em 13 de abril de 2021.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes atualizados para 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas na nota explicativa n.º 7.

- Inauguração da estação Vila Sônia ocorreu em 17 de dezembro de 2021, funcionando inicialmente no formato de operação assistida, de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 13h. No dia 10 de maio de 2022, o atendimento passou a ser integral, diariamente das 4h40 à 0h.

Construída como um complexo de integração do transporte público, Vila Sônia é composta por uma estação de metrô subterrânea e um terminal de ônibus urbanos intermunicipais e municipais. A previsão é que diariamente cerca de 90 mil passageiros utilizem os 17 mil m² de área construída em 29 metros de profundidade da estação.

A Four Trilhos Administração e Participações S.A., subsidiária integral, foi constituída em março de 2022 e teve sua operação iniciada em outubro de 2022, com o objetivo de explorar as receitas acessórias da Companhia.

Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 8 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato que decorre da perda de receita tarifária provocada pelos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a demanda do serviço concedido, no período de 13 de março de 2020 e 8 de maio de 2022.

Foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, no valor bruto de R\$ 39.188, em VPL a valores de fevereiro de 2005, e as partes acordaram que o valor será reequilibrado na forma de adicional à tarifa de remuneração. O adicional à tarifa corresponderá a R\$ 0,4631, considerando-se a data-base de fevereiro de 2023, e será devida apenas pelo passageiro integrado assim definido nos termos da cláusula 8.1 do contrato.

Em 10 de junho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 9 com o Poder Concedente, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração dos estudos necessários à extensão da Linha 4 – Amarela até o bairro Taboão da Serra, abrangendo projetos executivos completos, e acompanhado do respectivo controle de qualidade dos projetos (“CQP”); estudo e licenciamento ambiental; estudo de demanda; estudo de utilização de áreas públicas e privadas, com entrega final prevista até 31 de agosto de 2025, acompanhada da certificação de qualidade. O Termo visava viabilizar o início das obras no ano de 2024, promovendo a alocação eficiente de riscos e a mitigação de atrasos, garantindo maior eficiência no processo de execução e assegurando benefícios à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termo Aditivo n.º 9

O Termo Aditivo n.º 9, firmado em 10 de junho de 2024, estabelece a elaboração dos estudos necessários para análise da viabilidade e vantajosidade da extensão das linhas até Taboão da Serra, cujos custos serão ressarcidos pelo Poder Concedente, limitado a R\$ 35.000.

A partir do resultado dos estudos, o Poder Concedente analisará se será favorável seguir com as obras de extensão. Para essa etapa será necessário assinar novo Termo Aditivo.

1.1.2. Demais eventos relevantes

a. Autoprodução de energia por equiparação

Em 8 de novembro de 2024, a Companhia firmou com a Neoenergia Renováveis S.A., três contratos de: (i) compra e venda de ações e outras avenças cujos objetos foram a aquisição de 2,84% do capital social da Oitis 2 Energia Renovável S.A., 6,75% do capital social da Oitis 4 Energia Renovável S.A., e 5,25% do capital social da Oitis 6 Energia Renovável S.A., pelo montante de R\$ 5.835; e (ii) compra e venda de energia elétrica entre as mesmas partes com prazo de vigência de 16 anos.

As condições precedentes para a conclusão das operações foram cumpridas, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de janeiro de 2025.

1.1.3. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 7 de março de 2025, foi aprovado pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 13. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 17. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 21. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação

Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.4. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente são reconhecidas como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber do Poder Concedente, oriundo de demanda real inferior à demanda projetada no Contrato de Concessão e são reconhecidos à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19.



3.5. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.7. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.8. Estoque

Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado.

3.9. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.10. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios.

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 13.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.17.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.11. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.13. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.14. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.17. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

3.18. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública metroviária, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa metroviária dos usuários do metrô (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.20. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16); e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28).

3.21. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.^{os} 6, 7, 10, 14 e 21.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e do certificado de depósito interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 14 e 21.

As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 21.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	390.157	371.058	350.729	315.566	1.119.971
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.702	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14.654	41	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	445.684	-	-	-	-

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	390.157	371.058	350.729	315.566	1.119.971
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.835	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	17.142	41	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	445.684	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 307.492 na Controladora e o montante de R\$ 295.096 no Consolidado, substancialmente composto por debêntures e dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas n.º 14 e 21. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	196	386	218	428
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	182.240	132.804	194.480	144.641
Total	182.436	133.190	194.698	145.069

Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	93.292	100.871	93.366	100.871
Aplicações financeiras (a)	-	-	74	-
Conta reserva (b)	93.292	100.871	93.292	100.871
Total	93.292	100.871	93.366	100.871

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,56% do CDI, equivalente a 10,83% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (100,28% do CDI, equivalente a 13,14% a.a., em média, 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações relacionadas as debêntures, vide nota explicativa n.º 14.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	240.360	216.796	249.959	225.559
Contas a receber das operações (a)	247	461	12.025	9.400
Provisão para perda esperada (b)	(235)	(175)	(2.414)	(351)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	240.348	216.510	240.348	216.510
Não Circulante	1.690.351	1.768.381	1.690.351	1.768.381
Contas a receber do Poder Concedente (c)	1.690.351	1.768.381	1.690.351	1.768.381
Total	1.930.711	1.985.177	1.940.310	1.993.940

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas metroviárias e acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstos no contrato de concessão;
- b) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia; e
- c) Créditos a receber do Poder Concedente referentes a: reequilíbrios e mitigação de demanda para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2023		2024				Total
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	
Circulante	216.510	119.620	(448.041)	-	325.667	26.592	240.348
Reequilíbrio (a)	183.465	-	(324.323)	-	325.667	-	184.809
Mitigação de demanda	33.045	119.620	(123.514)	-	-	-	29.151
Estudos de viabilidade (b)	-	-	(204)	-	-	26.592	26.388
Não circulante	1.768.381	-	-	247.637	(325.667)	-	1.690.351
Reequilíbrio (a)	1.768.381	-	-	247.637	(325.667)	-	1.690.351
Total	1.984.891	119.620	(448.041)	247.637	-	26.592	1.930.699

- a) Reequilíbrios ao contrato de concessão da Companhia pelo atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU que será recebido através de adicional à tarifa de remuneração conforme Termo Aditivo n.º 6 e perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 para ViaQuatro (Termo Aditivo n.º 8); e
- b) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo ressarcimento de custos diretos e de gerenciamento incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da inclusão de investimentos adicionais da Companhia, conforme Termos Aditivos n.º 9. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 1.1.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Créditos a vencer	1.930.711	1.985.138	1.936.304	1.990.354
Créditos vencidos até 60 dias	-	21	3.713	3.529
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	18	293	57
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	-	56	837	225
Créditos vencidos há mais 180 dias	235	119	1.577	126
Total	1.930.946	1.985.352	1.942.724	1.994.291

7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2024	2023
2026	171.042	180.376
2027	163.004	169.770
2028	155.384	161.143
2029	152.319	152.931
2030 em diante	1.048.602	1.104.161
Total	1.690.351	1.768.381

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	8.313	2.608	8.670	3.342
IRPJ e CSLL	646	434	646	434
IRRF	7.657	2.164	8.014	2.898
ISS	10	10	10	10
Não Circulante	9.354	9.354	9.354	9.354
IRPJ e CSLL	9.354	9.354	9.354	9.354

O valor de crédito tributário de IRPJ e CSLL trata-se de retidos na fonte e antecipação. Os créditos classificados no longo prazo estão sob processo administrativo (Manifestação de inconformidade) e a Companhia aguarda o acordo final para sua utilização.

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Conciliação do imposto de renda e contribuição social				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	611.197	1.121.231	619.887	1.128.832
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(207.807)	(381.219)	(210.762)	(383.803)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	19.947	16.297	-	-
Despesas indedutíveis	(3.918)	(1.961)	(3.918)	(1.961)
Juros sobre o capital próprio	9.107	8.701	9.107	8.701
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(461)	(458)	(461)	(458)
Incentivo relativo ao imposto de renda	8.199	2.756	8.199	2.756
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	31	17	31	17
Outros ajustes tributários	214	62	14.426	11.342
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(174.688)	(355.805)	(183.378)	(363.406)
Impostos correntes	(211.286)	(146.889)	(219.976)	(154.490)
Impostos diferidos	36.598	(208.916)	36.598	(208.916)
Alíquota efetiva do imposto	28,58%	31,73%	29,58%	32,19%

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e a contribuição social diferidos				
Ativo	34.106	32.265	34.106	32.265
Resultado de operações com derivativos	18.432	19.617	18.432	19.617
Provisão de fornecedores	8.692	7.207	8.692	7.207
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.280	3.514	3.280	3.514
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.522	1.826	3.522	1.826
Provisão para perda esperada - contas a receber	89	62	89	62
Tributos com exigibilidade de suspensão de Pis e Cofins	23	21	23	21
Arrendamento	11	2	11	2
Outros	57	16	57	16
Compensação de imposto ativo	(34.106)	(32.265)	(34.106)	(32.265)
Impostos ativos após compensação	-	-	-	-
Passivo	(788.755)	(823.512)	(788.755)	(823.512)
Receita remuneração de ativos financeiros	(469.027)	(431.541)	(469.027)	(431.541)
Receita de Reequilíbrio Covid- Diferido Passivo	(167.650)	(232.086)	(167.650)	(232.086)
Capitalização de juros	(110.256)	(115.784)	(110.256)	(115.784)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(40.184)	(42.777)	(40.184)	(42.777)
Custo de transação de empréstimos	(1.660)	(1.322)	(1.660)	(1.322)
Variação cambial	22	(2)	22	(2)
Compensação de imposto passivo	34.106	32.265	34.106	32.265
Impostos passivos após compensação	(754.649)	(791.247)	(754.649)	(791.247)
Imposto diferido líquido	(754.649)	(791.247)	(754.649)	(791.247)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Movimentação do imposto diferido				
Saldos em 1º de janeiro	(791.247)	(582.331)	(791.247)	(582.331)
Reconhecimento no resultado	36.598	(208.916)	36.598	(208.916)
Saldos em 31 de dezembro	(754.649)	(791.247)	(754.649)	(791.247)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1. Controladora

SalDOS	2024				2023			
	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controlada	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	10	-	5.697	5.707	84	10.321	99.305	109.710
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	99.278	99.278
Bancos conta movimento	-	-	11	11	-	-	14	14
Contas a receber	10	-	5.685	5.695	84	10.321	-	10.405
Outros créditos	-	-	1	1	-	-	13	13
Passivo	377.597	1	75.295	452.893	799.934	6.468	265.671	1.072.073
Fornecedores	4.947	1	754	5.702	4.049	6.468	265	10.782
Dividendos e juros sobre o capital próprio	372.650	-	73.034	445.684	795.885	-	265.378	1.061.263
Outros débitos	-	-	1.507	1.507	-	-	28	28

Transações	2024				2023			
	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	(4)	(4)	(3)	-	(3)	
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	-	(134)	(134)	(23)	-	(23)	
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(199)	(199)	-	(525)	(525)	
Custos /despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(140)	(140)	-	(11)	(11)	
Custos /despesas - outros gastos gerais	-	-	-	-	(13)	-	(13)	
Custos /despesas - seguros	-	-	(4)	(4)	-	-	-	
Custos /despesas - estoque	-	-	(552)	(552)	-	-	-	
Custos /despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(12.026)	(12.026)	-	-	-	
Receitas de aplicações financeiras	-	-	1	1	-	16.519	16.519	
Receitas de mútua cooperação	-	-	201	201	-	167	167	
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	-	(11)	(11)	-	(10)	(10)	
Repasse de custos e despesas - Mobilidade	-	-	(119)	(119)	-	-	-	
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	(40.214)	-	-	(40.214)	(17.140)	-	(17.140)	
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(1.816)	(18)	2.482	648	(5.751)	(56)	(5.807)	

10.2. Consolidado

SalDOS	2024			2023		
	Controladoras	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	129	12.210	12.339	84	121.837	121.921
Aplicações financeiras	-	6.359	6.359	-	111.279	111.279
Bancos conta movimento	-	22	22	-	28	28
Contas a receber	129	5.828	5.957	84	10.517	10.601
Outros créditos	-	1	1	-	13	13
Passivo	377.692	75.334	453.026	799.974	272.049	1.072.023
Fornecedores	5.042	793	5.835	4.089	6.643	10.732
Dividendos e juros sobre o capital próprio	372.650	73.034	445.684	795.885	265.378	1.061.263
Outros débitos	-	1.507	1.507	-	28	28

Transações	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(4)	(4)	-	(3)	(3)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(134)	(134)	-	(23)	(23)
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(204)	(204)	-	(535)	(535)
Custos /despesas - serviços especializados e consultorias	-	(140)	(140)	-	(11)	(11)
Custos /despesas - outros gastos gerais	-	-	-	-	13	13
Custos /despesas - seguros	-	(4)	(4)	-	-	-
Custos /despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(12.074)	(12.074)	-	-	-
Custos /despesas - estoque	-	(552)	(552)	-	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(12)	(12)	-	(10)	(10)
Receitas de aplicações financeiras	-	1.658	1.658	-	19.330	19.330
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	1.062	138	1.200	-	1.745	1.745
Receitas de mútua cooperação	-	201	201	-	167	167
Repasse de custos e despesas - Mobilidade	-	(119)	(119)	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	(41.087)	-	(41.087)	(17.506)	(28)	(17.534)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(1.816)	2.640	824	(603)	6.760	6.157

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Estatutários e não estatutários			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração (a) (c)	1.636	2.299	1.636	2.299
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.118	2.370	1.118	2.370
Outros benefícios:	518	(71)	518	(71)
Incentivo de longo prazo	121	40	121	40
Provisão para remuneração variável do ano	710	817	710	817
(Reversão) de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(380)	(1.009)	(380)	(1.009)
Previdência privada	64	78	64	78
Seguro de vida	3	3	3	3

Na Assembleia Geral Ordinária e extraordinária (AGOE) realizada em 8 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia no montante de R\$ 2.007. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração dos administradores (c)	828	750	828	750

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 7.890, referente as despesas com profissionais-chave;
- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R\$ 437; e
- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária).

11. Investimentos

11.1. Composição dos investimentos

Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2024	Investimentos		Resultado da participação societária	
			2024	2023	2024	2023
Four Trilhos	Serviços	100%	37.037	18.530	58.667	47.933
Total			37.037	18.530	58.667	47.933

11.2. Movimentação do investimento

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	18.530	15.596
Resultado de equivalência patrimonial	58.667	47.933
Dividendos e juros sobre capital próprio	(40.160)	(44.999)
Saldo em 31 de dezembro	37.037	18.530

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Informações financeiras resumidas

Controlada	2024			2023			2024		2023	
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Total das receitas brutas do período	Lucro líquido do período	Total das receitas brutas do período	Lucro líquido do período
Four Trilhos	66.376	29.339	37.037	48.965	30.435	18.530	73.514	58.667	55.567	47.933
Total	66.376	29.339	37.037	48.965	30.435	18.530	73.514	58.667	55.567	47.933

12. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento - Consolidado

	Imobilizado						Imobilizações em andamento		Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e edificações	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.446	15.870	4.863	255	113	24.547	3.726	28.273	
Adições	-	-	-	-	-	-	28.076	28.076	
Baixas	(39)	(50)	-	(17)	-	(106)	-	(106)	
Transferências	319	5.202	-	581	-	6.102	(6.102)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	282	-	-	-	282	-	282	
Depreciação	(574)	(5.856)	(279)	(129)	(39)	(6.877)	-	(6.877)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.152	15.448	4.584	690	74	23.948	25.700	49.648	
Custo	7.425	45.169	4.886	2.319	3.064	62.863	25.700	88.563	
Depreciação acumulada	(4.273)	(29.721)	(302)	(1.629)	(2.990)	(38.915)	-	(38.915)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.152	15.448	4.584	690	74	23.948	25.700	49.648	
Adições	-	-	-	-	-	-	21.223	21.223	
Baixas	(10)	(2.236)	-	-	-	(2.246)	-	(2.246)	
Transferências	163	3.307	36.639	39	-	40.148	(40.148)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(168)	-	-	-	(168)	-	(168)	
Depreciação	(558)	(5.721)	(476)	(224)	(36)	(7.015)	-	(7.015)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.747	10.630	40.747	505	38	54.667	6.775	61.442	
Custo	7.561	45.313	41.525	2.358	3.064	99.821	6.775	106.596	
Depreciação acumulada	(4.814)	(34.683)	(778)	(1.853)	(3.026)	(45.154)	-	(45.154)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.747	10.630	40.747	505	38	54.667	6.775	61.442	
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2024	10	14	5	25	19				

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 242 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 159 no exercício em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures divididos pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 6,19% a.a. e 9,38% a.a., respectivamente.

13. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Uso de sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.439.269	7.133	565	1.446.967	54.222	1.501.189
Adições	-	-	2.512	2.512	36.423	38.935
Baixas	(718)	-	-	(718)	-	(718)
Transferências	70.954	924	(924)	70.954	(70.954)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(282)	(282)	-	(282)
Amortização	(82.895)	(2.814)	-	(85.709)	-	(85.709)
Outros	-	-	-	-	(360)	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.426.610	5.243	1.871	1.433.724	19.331	1.453.055
Custo	1.998.201	31.814	1.871	2.031.886	19.331	2.051.217
Amortização acumulada	(571.591)	(26.571)	-	(598.162)	-	(598.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.426.610	5.243	1.871	1.433.724	19.331	1.453.055
Adições	-	-	2.450	2.450	80.811	83.261
Baixas	(24)	(144)	-	(168)	-	(168)
Transferências	52.562	1.045	(1.033)	52.574	(52.574)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	168	168	-	168
Amortização	(86.781)	(2.587)	-	(89.368)	-	(89.368)
Reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente	(18.639)	-	-	(18.639)	(6.779)	(25.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.373.728	3.557	3.456	1.380.741	40.789	1.421.530
Custo	2.032.094	32.520	3.456	2.068.070	40.789	2.108.859
Amortização acumulada	(658.366)	(28.963)	-	(687.329)	-	(687.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.373.728	3.557	3.456	1.380.741	40.789	1.421.530
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R\$ 4.049 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.828 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures divididos pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 6,19% a.a. e 9,38% a.a., respectivamente.

14. Debêntures – Controladora e Consolidado

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
5ª Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	Março de 2028	10.072	1.501	429.440	542.495 (b) (c) (d)
5ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	Março de 2028	5.534	933	383.997	458.392 (b) (c) (d)
6ª Emissão - Série única	CDI + 1,10% a.a.	1,1493% (a)	Junho de 2031	2.629	2.449	942.249	- (e)
Total					4.883	1.755.686	1.000.887

	2024	2023
Circulante	231.716	233.415
Debêntures	233.253	234.834
Custos de transação (a)	(1.537)	(1.419)
Não circulante	1.523.970	767.472
Debêntures	1.527.316	769.941
Custos de transação (a)	(3.346)	(2.469)
Total	1.755.686	1.000.887

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2024
2026	200.277
2027	200.277
2028	186.761
2029	313.333
A partir de 2030	626.668
(-) Custo de transação	(3.346)
Total	1.523.970

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

Conforme cláusula 5.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais 1/6 em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo aplicado totaliza R\$ 93.292 (R\$ 100.871 em 31 de dezembro de 2023).

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	22.589	22.349	22.763	22.598
Salários e remunerações a pagar	3.185	2.980	3.202	2.999
Benefícios, gratificações e participações a pagar	8.325	8.550	8.407	8.690
Encargos sociais e previdenciários	3.445	3.376	3.465	3.411
Provisão para férias	7.634	7.443	7.689	7.498
Não circulante	-	7	-	7
Gratificações e participações a pagar	-	7	-	7
Total	22.589	22.356	22.763	22.605

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	12.220	17.184	14.698	18.312
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	431	366	431	366
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	11.218	16.721	11.884	16.931
Cauções e retenções contratuais	571	97	2.383	1.015
Não circulante	41	1	41	1
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	41	1	41	1
Total	12.261	17.185	14.739	18.313

- (a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas.
- (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.

17. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários – Controladora e Consolidado

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

17.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis e administrativos	Tributários	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.836	-	2.534	5.370
Constituição	163	214	9.650	10.027
Reversão	(13)	-	(688)	(701)
Pagamentos	(2.747)	(214)	(2.151)	(5.112)
Atualização de bases processuais e monetária	417	-	359	776
Saldo em 31 de dezembro de 2024	656	-	9.704	10.360

17.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	89	106
Trabalhistas e previdenciários	2.448	2.752
Total	2.537	2.858

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 149.607, dos quais R\$ 9.222 ainda não foram integralizados, composto por 74.803.571 ações ordinárias e 74.803.571 ações preferenciais e sem valor nominal.

18.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A partir de 2020, a reserva legal não foi constituída em função de ter atingido o limite de 20% do capital social.

18.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

18.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a lei das sociedades por ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 8 de abril de 2024 foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante de R\$ 570.295, a título de dividendos adicionais, o qual foi registrado em dividendos a pagar.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de abril de 2024, foi pago o montante de R\$ 120.000, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2024, a título de parte dos dividendos mínimos obrigatórios destacados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o pagamento de dividendos no valor de R\$ 1.037.510, sendo R\$ 987.970, correspondentes a R\$ 6,60376 por ação, à conta de parte dos dividendos adicionais propostos nas Demonstrações financeiras de 2021, 2022 e 2023; e R\$ 49.540, correspondentes a R\$ 0,33113 por ação, à conta de dividendos mínimos obrigatórios destacados nas Demonstrações financeiras de 2023. Os dividendos foram pagos em 31 de julho de 2024.

Em 19 de dezembro de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o pagamento de dividendos no valor de R\$ 62.000, correspondentes a R\$ 0,414418 por ação, à conta de dividendos mínimos obrigatórios destacados nas demonstrações financeiras de 2023. Os dividendos foram pagos em 27 de dezembro de 2024.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido exercício	436.509
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	436.509
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	109.127
Total de juros sobre capital próprio a pagar	(22.834)
Total dos dividendos mínimo obrigatório	(86.293)
Total de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(109.127)

18.5. Juros sobre o capital próprio

Em 8 de abril de 2024 foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante de R\$ 25.592, foi destacado a título de juros sobre capital próprio *ad referendum* desta Assembleia, sendo: R\$ 5.006 aprovado em RCA em 22/03/2023; R\$ 6.221 aprovado em RCA em 21/06/2023; R\$ 6.795 aprovado em RCA em 21/09/2023; e R\$ 7.570 aprovado em RCA em 21/12/2023, esses respectivos destaques foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante líquido de R\$ 75.490, sendo R\$ 60.973, referentes à totalidade do destaque de juros sobre capital próprio, conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração ("RCA") realizadas em: 30/09/2021; 22/12/2021; 29/03/2022; 29/06/2022; 26/09/2022; 15/12/2022; 22/03/2022; 21/06/2023; 21/09/2023 e 21/12/2023 e parte do destaque de juros sobre capital próprio aprovado em RCA, realizada em 31/03/2021 e R\$ 14.517, referente à totalidade dos juros sobre capital próprio, líquido de IRRF, destacados em 25/07/2024. Os juros sobre capital próprio foram pagos em 31 de julho de 2024.

Em 19 de dezembro de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.756, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 8.317, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.439, a serem pagos quando oportuno e serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2024.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.6. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Controladora e Consolidado	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido	436.509	765.426
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	149.607	149.607
Lucro por ação - básico e diluído	2,91770	5,11624

18.7. Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024 pela Controladora, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 24.066
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;

Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*). Não houve exercício deste plano no período, assim como não houve nenhuma movimentação por desligamento desde sua outorga até 30 de setembro de 2024. Esse plano segue as características do plano outorgado em 2023.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 24.066 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 213.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta	1.148.575	1.582.890	1.222.089	1.638.457
Receitas metroviárias	719.739	685.985	719.739	685.985
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	61.579	28.366	61.579	28.366
Receitas de reequilíbrio (a)	247.637	742.932	247.637	742.932
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	1.200	1.745
Receitas com multimídia	-	-	44.828	31.901
Receitas com locação de espaço	-	-	20.768	15.993
Receitas com fibra óptica e telefonia	-	-	6.718	5.928
Mitigação de risco de demanda projetada	119.620	125.607	119.620	125.607
Deduções das receitas brutas	(18)	(16)	(3.020)	(2.045)
Impostos sobre receitas	(18)	(16)	(2.690)	(2.045)
Abatimentos	-	-	(330)	-
Receita operacional líquida	1.148.557	1.582.874	1.219.069	1.636.412

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente ao contrato de concessão por (i) perda de receita tarifária advindas da pandemia da COVID-19 (Termo Aditivo n.º 8) e (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I.

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras	(156.765)	(135.099)	(156.843)	(135.299)
Variação monetária sobre debêntures	(19.545)	(21.730)	(19.545)	(21.730)
Juros sobre debêntures	(138.936)	(119.141)	(138.936)	(119.141)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(262)	(75)	(262)	(75)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(54)	(13)	(54)	(13)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.259)	(1.127)	(2.337)	(1.327)
Capitalização de custos de debêntures	4.291	6.987	4.291	6.987
Receitas financeiras	30.376	25.445	32.320	30.090
Rendimento sobre aplicações financeiras	30.207	25.286	32.078	29.880
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	67	77	67	77
Juros e outras receitas financeiras	102	82	175	133
Resultado financeiro líquido	(126.389)	(109.654)	(124.523)	(105.209)

21. Instrumentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos		2.212.134	2.229.643	2.234.331	2.250.481
Valor justo através do resultado		275.728	234.061	288.064	245.940
Caixa e bancos	Nível 2	196	386	218	428
Aplicações financeiras	Nível 2	182.240	132.804	194.554	144.641
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	93.292	100.871	93.292	100.871
Custo amortizado		1.936.406	1.995.582	1.946.267	2.004.541
Contas a receber das operações		12	286	9.611	9.049
Contas a receber do Poder Concedente		1.930.699	1.984.891	1.930.699	1.984.891
Contas a receber de partes relacionadas		5.695	10.405	5.957	10.601
Passivos		(2.251.729)	(2.117.054)	(2.254.058)	(2.123.018)
Custo amortizado		(2.251.729)	(2.117.054)	(2.254.058)	(2.123.018)
Debêntures (a)		(1.755.686)	(1.000.887)	(1.755.686)	(1.000.887)
Fornecedores e outras obrigações		(44.657)	(44.122)	(46.853)	(50.136)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(445.684)	(1.061.263)	(445.684)	(1.061.263)
Fornecedores e outras conta a pagar a partes relacionadas		(5.702)	(10.782)	(5.835)	(10.732)
Total		(39.595)	112.589	(19.727)	127.463

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.760.569	1.758.894	1.004.775	1.064.243

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

21.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(4) e (5)}	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(1.375.639)	(185.077)	(227.348)	(269.619)
IPC-A	(384.930)	(45.972)	(50.827)	(55.681)
Efeito sobre debêntures		(231.049)	(278.175)	(325.300)
CDI	276.646	25.295	31.544	37.766
Efeito sobre as aplicações financeiras		25.295	31.544	37.766
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(205.754)	(246.630)	(287.535)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

Aumento do CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
IPC-A ⁽³⁾	4,8300%	6,0375%	7,2450%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros de 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromisso de investimento	750	6.769

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

23. Demonstração do fluxo de caixa

23.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(25.418)
Contas a receber do Poder Concedente	(25.418)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	25.418
Outros de ativo intangível	25.418

23.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Controladora	Debêntures	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.000.887)	(121)	(1.061.263)	(2.062.271)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(596.318)	268	1.295.001	698.951
Captações	(937.371)	-	-	(937.371)
Pagamento de principal e juros	341.053	268	-	341.321
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	1.295.001	1.295.001
Outras variações que não afetam o caixa	(158.481)	(612)	(679.422)	(838.515)
Despesas com juros e variação monetária	(158.481)	-	-	(158.481)
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	-	-	(679.422)	(679.422)
Adições de contrato de arrendamento	-	(558)	-	(558)
Ajuste a valor presente	-	(54)	-	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.755.686)	(465)	(445.684)	(2.201.835)

Consolidado	Debêntures	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.000.887)	(121)	(1.061.263)	(2.062.271)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(596.318)	268	1.295.001	698.951
Captações	(937.371)	-	-	(937.371)
Pagamento de principal e juros	341.053	268	-	341.321
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	1.295.001	1.295.001
Outras variações que não afetam o caixa	(158.481)	(612)	(679.422)	(838.515)
Despesas com juros e variação monetária	(158.481)	-	-	(158.481)
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	-	-	(679.422)	(679.422)
Adições de contrato de arrendamento	-	(558)	-	(558)
Ajuste a valor presente	-	(54)	-	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.755.686)	(465)	(445.684)	(2.201.835)

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas	Presidente
Francisco Pierrini	Membro Efetivo
João Daniel Marques da Silva	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Membro Efetivo
Stephan Joinovici Cadier	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Antonio Marcio Barros Silva	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Francisco Pierrini	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0



CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.
CNPJ Nº. 07.682.638/0001-07
NIRE Nº. 35300326032
Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM n.º. 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025 e 2026, no valor de R\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de março de 2025.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 126.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da
Companhia em 2025 e 2026 R\$ 126.000.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2024 R\$ 112.307.682,23

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 13.692.317,77

São Paulo, 07 de março de 2025.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.
A Administração



Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.
Rua Heitor dos Prazeres, 320
Vila Sônia - 05522-000 - São Paulo - SP
tel: 55 (11) 3747 5100
www.viaquatro.com.br



- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo/SP, 07 de março de 2025.

Assinado por:

Antonio Marcio Barros Silva

331F5C4766D4422...

ANTONIO MARCIO BARROS SILVA

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

Assinado por:

Francisco Pierrini

47AFF7521B5F400...

FRANCISCO PIERRINI

DIRETOR

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: AFF62C18-98B6-43E1-A92C-7A4CB8424DE6
 Assunto: Complete com o Docusign: VQ - Declaração diretoria - DFs 2024 - 07-03-25.pdf
 Unidade proprietária do documento: ViaQuatro
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 1 Assinaturas: 2
 Certificar páginas: 5 Rubrica: 0
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Juliane De Barros Nascimento Moleiro
 Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
 Pellegrini
 nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro
 Jundiaí/SP, SP 13.209-500
 JULIANE.MOLEIRO@GRUPOCCR.COM.BR
 Endereço IP: 200.245.117.54

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Juliane De Barros Nascimento Moleiro Local: DocuSign
 07/03/2025 04:50:35
 JULIANE.MOLEIRO@GRUPOCCR.COM.BR

Eventos do signatário

Antonio Marcio Barros Silva
 antonio.barros@grupoccr.com.br
 Diretor
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

 331F5C4766D4422...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.44.19.179

Registro de hora e data

Enviado: 07/03/2025 04:54:47
 Visualizado: 07/03/2025 05:05:14
 Assinado: 07/03/2025 05:05:28

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 31/10/2024 12:47:15
 ID: ad570278-6a90-4f83-ab6e-e583edfc98cb
 Nome da empresa: GBS

Francisco Pierrini
 francisco.pierrini@grupoccr.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 47AFF7521B5F400...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 200.158.48.109

Enviado: 07/03/2025 04:54:47
 Visualizado: 07/03/2025 14:49:04
 Assinado: 07/03/2025 14:49:12

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 28/03/2024 12:07:12
 ID: 41cb52fb-3a60-41ed-b16b-e5364c7d949f
 Nome da empresa: GBS

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	07/03/2025 04:54:48
Entrega certificada	Segurança verificada	07/03/2025 14:49:04
Assinatura concluída	Segurança verificada	07/03/2025 14:49:12
Concluído	Segurança verificada	07/03/2025 14:49:12

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, GBS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact GBS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise GBS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from GBS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to gbstools@gbstools.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with GBS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify GBS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by GBS during the course of your relationship with GBS.